



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1007036-03.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **RAPHAEL NELSON MICHELL, CPF 356.630.938-93 - Advogada Dra. Alethéa Patricia Bianco Moretti**
 Requerido: **LEANDRO AUTOMÓVEIS MULTIMARCAS**

Aos 06 de dezembro de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr. Willian. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)s advogado(a)s, o(a)s ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. O réu, intimado, não compareceu a esta audiência, de modo que presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial, em relação à aquisição do veículo pelo réu em 2012 e não transferência para o seu próprio nome por negligência sua (do réu), apesar das inúmeras tentativas do autor a fim de que isso ocorresse. Se não bastasse, a testemunha ouvida nesta data confirma que a entrega do Gol para o réu ocorreu em 2012, e não em 2017 como alegou este em resposta, à fl. 38. Sendo assim, evidente que o réu é responsável pelos débitos do veículo – perante o autor, como consta da inicial, e tem a obrigação de transferi-lo para o próprio nome. Impossível porém a “transferência dos pontos” ou o afastamento da responsabilidade do autor, perante as entidades públicas, nesta demanda, vez que não foi movida contra estas, que não podem ter suas esferas jurídicas atingidas, sem o devido processo legal. No mais, o longo período sem solução ou cooperação do réu para a solução do problema, causou mais que mero dissabor ou aborrecimento, e sim verdadeiro transtorno decorrente do desrespeito qualificado ao alienante, desvio produtivo do consumidor, dando ensejo a lenitivo de ordem pecuniária. A indenização por esse dano moral, arbitrada segundo critérios de proporcionalidade, será fixada em R\$ 5.000,00. Isto posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente ação, para (a) **obrigação de fazer**: condenar o réu a transferir o veículo para o seu nome. Entretanto, com fulcro no art. 497 do CPC, para alcançar resultado prático equivalente, desde já determino que se **oficie ao Ciretran** local a fim de que este providencie a transferência do veículo para o nome do réu (constar seus dados no ofício), assinado o prazo de 15 dias para cumprimento e resposta (b) **obrigação de fazer**: condenar o réu a pagar aos órgãos públicos credores os débitos referentes ao veículo objeto dos autos, comprovando a quitação no prazo de 60 dias úteis (c) **obrigação de pagar quantia**: condenar o réu a pagar ao autor R\$ 5.000,00, com atualização monetária a partir da presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei 9099/95). Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será*”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv^a. Requerente: Alethéa Patricia Bianco Moretti

Requerido:

Adv. Requerido: Nome do Advogado da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA